

# O CONCEBIDO, O VIVIDO E O NEGOCIADO: A LUTA PELA TERRA E OS CONFLITOS NO ASSENTAMENTO TERRA VISTA, ARATACA, BAHIA.

Rosana Mara Chaves Rodrigues<sup>1</sup>  
Stella Rodrigues dos Santos<sup>2</sup>

[...] a questão é saber como a história irrompe na vida de todo dia. Como, no tempo miúdo da vida cotidiana, travamos o embate, sem certeza nem clareza, pelas conquistas fundamentais do gênero humano. (MARTINS,2008, p. 10

## Resumen:

O texto em questão trata de refletir sobre o sentido dos conflitos existentes no espaço de assentamentos e das estratégias de luta pela terra nos processos de formação e organização em assentamentos rurais e os desdobramentos entre o espaço concebido e o espaço vivido no cotidiano dos assentados. Entende-se que o assentamento é um espaço que expressa relações de tensões e conflitos, mas é também produtor de sociabilidades no cruzamento dos saberes tecidos na trajetória de vida dos assentados, fora dos movimentos, e aqueles forjados no processo de luta nos movimentos sociais. Nesse cruzamento, verifica-se a existência de contradições internas traduzidas em conflitos e ações de resistências face ao concebido, ao vivido e ao negociado. Além da revisão da literatura disponível sobre a problemática em questão, os dados de campo foram apreendidos através de entrevistas semiestruturadas, convivência com assentados, permanência no espaço de assentamento, rodas de conversas informais. O suporte teórico metodológico da pesquisa inspira-se nos estudos de José de Souza Martins (1981, 1996 e 2003 e 2008); nas contribuições de Henri Lefebvre (1974 e 1980)) Georg Simmel ( 1983 e 1986), Michel de Certeau(1994), dentre outros. A compreensão das contradições traduzidas em conflitos presentes no cotidiano dos assentamentos, face ao espaço concebido e ao vivido, é um convite para o exercício do pensamento no sentido de apreender a complexidade da luta pela terra no Brasil contemporâneo, cujo marco inaugural encontra-se no modelo de colonização, desde 1534, com o implemento das Capitânicas Hereditárias e se expressa na atualidade como horizonte de múltiplas lutas no desencontro com a história.

**Palavras-chave :** Luta pela terra- cotidiano de assentamento – espaço concebido e vivido - conflito-sociabilidade.

## INTRODUÇÃO

Antes mesmo de adentrar nas reflexões sobre o sentido dos conflitos existentes no espaço de assentamentos e das estratégias de luta pela terra nos processos de formação e organização em assentamentos rurais e os desdobramentos entre o espaço concebido e o espaço vivido no cotidiano dos assentados, preocupação deste texto, é preciso situar, mesmo que de modo panorâmico, os percalços que acompanham a luta pela reforma agrária no Brasil, ao menos, a partir do percurso cunhado por Florestan Fernandes como “a transição prolongada”.

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade/UNEB; professora assistente da UNEB; pesquisadora vinculada ao Grupo de Pesquisa em Educação do Campo e Contemporaneidade do PPGeduC (Sem financiamento). [rmararodrigues@yahoo.com.br](mailto:rmararodrigues@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Dra. em Psicologia da Educação pela PUC/SP; professora titular do DCHI/UNEB; pesquisadora vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas Territórios, Hegemonia, Periferias e Ausências. (Sem financiamento). [stelarodrigues@uol.com.br](mailto:stelarodrigues@uol.com.br).

A farta literatura concernente à questão da reforma agrária no Brasil, de diferentes matrizes ideológicas e ponto de partida diferenciado é concorde no ponto de que, ao final dos anos 1980, o tema que fora objeto de acirrados debates nos anos de 1960, ganha visibilidade no espaço público, impulsionado pelos conflitos fundiários crescentes e adquire corpo em todas as partes do país, na década de 1970, decorrente do intenso processo de modernização da agricultura brasileira e da política de incentivos fiscais, contexto em que a bandeira da reforma agrária passa a imprimir significado mais amplo às demandas de distintos grupos de trabalhadores. Entre eles, ganhavam espaço posseiros, parceiros, arrendatários que resistiam à expulsão da terra, seja em áreas de expansão de fronteira, seja nas áreas em que determinados produtos contavam com os benefícios dos incentivos fiscais e creditícios.

No início dos anos de 1980, a bandeira da reforma agrária passou a atrair segmentos cada vez mais diversificados: os excluídos do processo de modernização, filhos de pequenos proprietários do sul do país, que sofriam a corrosão das condições necessárias à reprodução da sua condição como produtores autônomos do meio rural; os trabalhadores que há muito tempo haviam sido expulsos do campo, e que passaram a experimentar moradia e trabalho urbano, mas que em face de precárias condições de vida e de condições políticas favoráveis vislumbravam no acesso à terra uma alternativa; ainda, assalariados rurais que se moviam na busca de condições para sair da situação de venda compulsória da força de trabalho, ou que, na situação de falência de alguns empreendimentos, a exemplo das usinas de cana de açúcar, encontravam-se diante da alternativa de se tornarem produtores autônomos na mesma terra em que antes eram “empregados”. Nesse processo foi crucial a presença do sindicalismo rural, em algumas áreas, da igreja em outras, ainda em outras, do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

Vale lembrar que o processo de redemocratização do país e as articulações políticas que puseram fim ao regime militar, frente às pressões dos movimentos sociais naquele momento, acabaram por incluir o tema da reforma agrária entre as suas bandeiras, embora, como é sabido, a promessa de transformação fundiária ampla contida no Plano Nacional de Reforma Agrária, datada de 1985, foi inviabilizada e derrotada no processo de debate que se seguiu a seu anúncio. A despeito disso, a correlação de forças que deu sustentação à elaboração da Constituição de 1988 combinada com as pressões dos movimentos e conflitos existentes na área rural foram determinantes para a realização de algumas desapropriações e surgimento de diversos assentamentos, seguindo o ritmo e os espaços das ocupações de terra, como exaustivamente debatido e encontrado em uma vasta bibliografia, a exemplo de Graziano da Silva (1982), Delgado (1985), Medeiros (1993), dentre muitos outros.

Atualmente, a literatura tem ressaltado as características das intervenções fundiárias no Brasil como sendo pontuais, dispersas e desarticuladas, seguindo muito mais a lógica da possibilidade de obtenção de terras em conformidade com a gravidade dos conflitos existentes e da importância em torno da capacidade de se fazer valer os interesses envolvidos, do que marcados por um plano consistente de realização de transformação significativa na estrutura agrária do país.

É nesse contexto marcado por caminhos de avanços e recuos, atravessados pela lógica perversa que há muito vem presidindo a criação de uma reforma agrária no Brasil, que situamos os assentamentos. Em que pese as circunstâncias adversas, os assentamentos se constituem numa realidade a desafiar a produção de conhecimento, uma vez que, hoje no Brasil, são mais de 900 mil famílias vivendo em 7.800 assentamentos rurais, áreas desapropriadas para reforma agrária, sendo que a região Nordeste é a que possui o maior número de assentamentos rurais com 3.576, ou 45,26% do total. Nesses assentamentos vivem 313.782 famílias, ou 32,04% do total. A área ocupada por eles é de 9.515.768 hectares, o que representa 13,85% do total, conforme Fernandes (2008).

As inúmeras pesquisas de cunho qualitativo e quantitativo têm analisado as condições de vida das famílias assentadas, as tensões internas nos assentamentos, a trajetória dos assentados, a ênfase no assentamento como espaço de diferenciação, de tensão e disputas, mas também como espaço de novas formas de organização e de produção de sociabilidades. As pesquisas apontam também para a

complexidade de relações que estão em jogo quer no plano interno, quer nas relações do assentamento com o seu entorno, seja na produção/comercialização seja nas formas de sociabilidade, relações políticas, dentre outros.

As reflexões pretendidas neste trabalho parte do ponto de entender o assentamento como um espaço que expressa relações de tensões e conflitos, mas também como espaço fecundo de emergência de sociabilidades resultantes do cruzamento dos saberes tecidos na trajetória de vida fora dos movimentos e os forjados no processo de luta coletiva em que é apontado horizonte mais alargado, de superação das imensas desigualdades e opressão. Também, nesse cruzamento, a inevitável existência de contradições internas traduzidas em conflitos e ações de resistências face ao concebido, ao vivido e ao negociado.

O trabalho compreende três partes. Na primeira, mais breve, serão apresentadas as linhas gerais das abordagens teórica e metodológica que estruturaram o trabalho. Na segunda se fará uma caracterização do Assentamento Terra Vista – espaço empírico da pesquisa inserido no âmbito do Movimento Sem Terra- MST. Na terceira, mais longa, serão apresentadas as contradições traduzidas em conflitos no cotidiano dos assentados, face ao espaço concebido e ao vivido e analisados os resultados parciais da pesquisa, abrindo-se, ao final, para reflexões.

## **AS BASES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS DA PESQUISA**

Eleger um assentamento como espaço empírico de estudo pressupõe entendê-lo, desde logo, como espaço portador de uma temporalidade dinâmica e, também conflituosa, decorrente de encontros/desencontros de subjetividades diferenciadas e projetos cruzados no seu cotidiano, entendido aqui como “[...] aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada.” (CETEAU, 1994, p. 31). E, como em (LEFEBVRE, p. 31, 1.968), “o cotidiano é o humilde e o sólido, aquilo que vai por si mesmo, aquilo cujas partes e fragmentos se encadeiam num emprego do tempo. E isso sem que o interessado tenha de examinar as articulações dessas partes. É, portanto, aquilo que não tem data. É o insignificante (aparentemente)”

Essas orientações teóricas foram decisivas para a compreensão da rede complexa de relações estabelecidas na dinâmica do assentamento. Entendia-se que para capturar essa realidade na sua complexidade era preciso começar com o ingresso do pesquisador nos meandros da vida cotidiana ou nesse lugar dos encontros/desencontros “entre o extraordinário e o ordinário” (Lefebvre, 1979, p. 51), ou, ainda, nesse lugar onde um elevado número de regularidades que dá vazão a “uma vida que navega por si mesma, a olho nu, sem bússola”, se encontra/desencontra com o “ingovernável”, o imprevisível, o aleatório, o imprevisto, as zonas de turbilhões e de turbulências (CERTEAU, 1994, p. 11). Nesse caso, o “herói do enredo”, não é o Estado, agente que se revela cada vez com maior nitidez na sua obstinação em dominar espaços e produzir “beneficiários” das suas ações e políticas; não é tampouco o capital, apesar de sua lógica tornar-se o motor de processos formadores da vida; o herói é o coletivo do assentamento que, traz para o seu projeto o “homem simples” de que fala José Martins, qual seja, esse sujeito “comum, fragmentado, divorciado de si mesmo e de sua obra, mas obstinado no seu propósito de mudar a vida, de fazer História, ainda que pelos tortuosos caminhos de sua alienação e de seus desencontros, os difíceis caminhos cotidianos da vida” (MARTINS, 2008, p. 10).

Contudo, de um jeito ou do outro, o homem ordinário, no dizer de Certeau (1994), escapa silenciosamente à conformação estabelecida pelos mecanismos de dominação e de organização da vida social que atribuem um lugar, um papel e produtos a consumi; inventa o cotidiano nas artes de fazer, nas astúcias táticas de resistência pelas quais ele altera os objetos e códigos e se reapropria do espaço e do uso dos objetos como pode; golpeia, faz atalhos, joga com as palavras, mostrando que a multidão

sem qualidades não obedece passivamente, mas abre o próprio caminho no uso de produtos impostos, procurando viver do melhor modo possível a ordem social e a violência das coisas.

Importa para as nossas análises as noções de estratégia e tática, na medida em que permitem compreender o modo como o homem ordinário, a despeito das imposições externas, no fragmento do seu cotidiano, encontra forças para produzir e reproduzir a existência. As estratégias, ações que, graças ao postulado de um lugar de poder, elaboram lugares teóricos e discursos totalizantes - articulam um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem e combinam esses lugares, em vistas à dominação no espaço; procuram reduzir as relações temporais pela atribuição analítica de um lugar próprio a cada elemento particular e pela organização combinatória dos movimentos específicos a unidades ou a conjuntos de unidades. Em contrapartida, as táticas - procedimentos que valem pela pertinência que dão ao tempo e às circunstâncias - mudam a organização do espaço, e cruzam dentro das possibilidades a duração e ritmos heterogêneos.

Aqui o cotidiano é compreendido em sua complexidade, aberto a situações adversas, aos encontros e aos desencontros, passível de novas disposições e recomposições no movimento do real e das relações tecidas nas interações entre os grupos de famílias, entre estas, os mediadores e o Estado. Por sua vez, capturar os fragmentos desse cotidiano vivido no espaço do assentamento supõe percorrer os atravessamentos de percepções e representações distintas que encontra na tríade paradigmática construída por Lèfebvre (1991), uma orientação fecunda para o nosso intento. A tríade se configura no arranjo do percebido (práticas espaciais); do concebido (representações do espaço) e do vivido (espaço representacional).

A tríade percebido-concebido-vivido (em termos espaciais: práticas espaciais, representações de espaço, espaço representacional) perde toda a sua força quando é tratada como um modelo “abstrato”. [...] ela (a tríade) tem sua fonte na história - na história de um povo, assim como na história de cada indivíduo que pertence àquele povo. [...] Compreende os *loci* das paixões, das ações e das situações vividas e, portanto, implica em tempo. Consequentemente pode ser (...) direcional, situacional ou relacional, porque é essencialmente qualitativa, fluida e dinâmica (LEFEBVRE, 1991, p. 40-42)

Nesses termos, no chão do assentamento, acompanhando o trajeto dos assentados para confrontar o concebido (as linhas gerais do projeto coletivo) e o vivido no espaço do assentamento como local de paixões, pois, entendemos que paixões e expectativas envolvem os que entram na luta, como envolvem políticas, programas e projetos em diferentes instâncias, já que carregam consigo também as ideologias daqueles que os criam.

Por fim, para traçar os contornos teóricos metodológico da pesquisa a questão do conflito se impõe. Mas, por força mesmo do objeto, renunciamos os modelos explicativos da tradição durkheimiana estruturados em torno do consenso e da coesão social, para aderir a perspectiva simmeliana de conflito como constituinte de sociabilidades e como categoria crítica de análise conceitual.

O ponto de partida de Simmel está fundado na premissa de que o conflito reproduz-se nas ações interativas e relacionais sociais e “é uma forma de sociação”. Considerado enquanto uma forma social, o conflito pode possibilitar momentos de construções e destruições, quer sob as instituições, estruturas, arranjos, processos, relações e interações sociais

[...] Se toda interação entre os homens é uma sociação, o conflito – afinal, uma das mais vívidas interações e que, além disso, não pode ser exercida por um indivíduo apenas – deve certamente ser considerado uma sociação [...] O conflito está assim destinado a resolver dualismos divergentes; é um modo de conseguir algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma das partes conflitantes [...] O conflito

contém algo de positivo. Todavia, seus aspectos positivos e negativos estão integrados; podem ser separados conceitualmente, mas não empiricamente.( SIMMEL, 1983, p.122).

Sob esta orientação, enfatizamos que nos estudos da sociedade, a descrição das formas de sociabilidade, pode comportar inumeráveis possibilidades de interpretação, ao mesmo tempo, que se constituirá em num caminho sociológico para o entendimento do todo socialmente constituído e numa indicação para a compreensão e estudos da sociedade de uma cidade, no caso em questão, de um assentamento.

## **O ASSENTAMENTO TERRA VISTA**

De um modo breve e em forma de síntese apertada é possível dizer que, por diversos motivos, a retomada da luta pela terra se presentifica em todo o país a partir dos anos 1970. No Sul do país - Paraná - o marco importante foi a construção da barragem de Itaipu, entre 1970 e 1980, fazendo desaparecer cerca de 100 mil propriedades rurais em virtude das desapropriações para a barragem e também para a concentração fundiária. No Norte e Nordeste, a agricultura se desenvolveu em extensas áreas voltadas à exportação, como algodão, soja e cana de açúcar, principalmente para a produção de álcool, subsidiado pelo PROACOL. A formação de coletivos compostos por trabalhadores rurais que se autodenominavam “sem terra”, começam a aparecer em 1982, momento em que é realizado em Goiânia o Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, contando com representantes de 17, dos então 23 estados brasileiros.

Nesse contexto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nasce na Região Sul do País, no fim da década de 70, num momento em que o Brasil vivia a abertura política, pós-regime militar, e as políticas governamentais não conseguiam mais ocultar as contradições geradas pelo avanço do capitalismo no campo. A concentração da terra, a expulsão do homem rural e a modernização da agricultura persistiam, enquanto o êxodo rural e a política de colonização entravam em aguda crise. Nesse contexto, surgem várias lutas concretas que, aos poucos, se articulam. Dessa articulação se delineia e se estrutura o Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra, tendo como matriz o acampamento de Encruzilhada Natalino, nascido em 1981, em Ponta Alta - RS, e o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná.

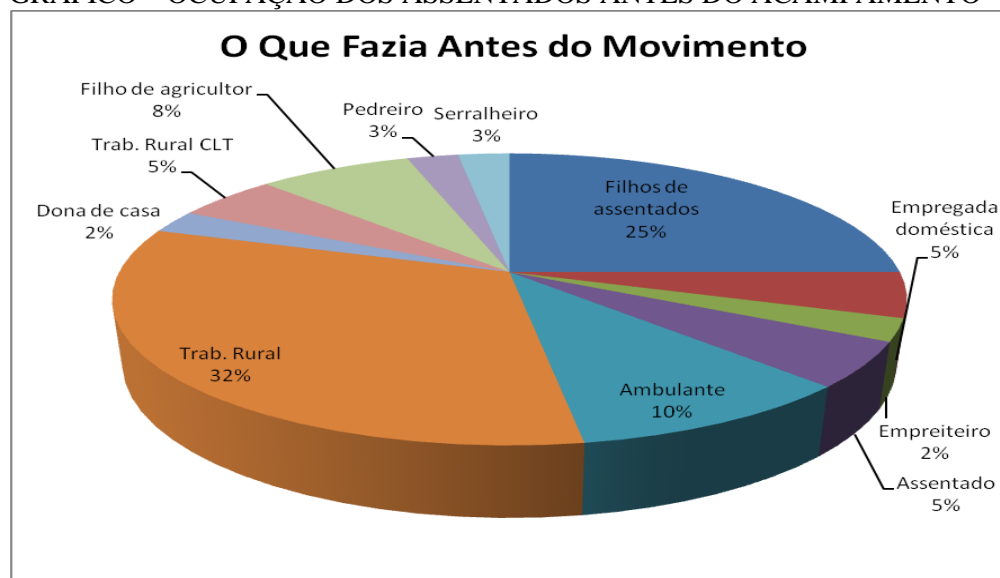
Os sem-terra são, principalmente, ex-camponeses, que tinham seu pedaço de terra junto com a propriedade dos outros meios de produção, utilizando a força de trabalho familiar na produção voltada basicamente para a subsistência, e que encontravam no trabalho temporário a forma mais acabada de exploração de sua força de trabalho. Martins (1993), distingue dois grandes grupos de sem-terra: o ex-campones, lavrador sem terra própria para plantar como, meeiros, parceiros, pequenos arrendatários, filhos de pequenos proprietários cujas terras são insuficientes para famílias extensas, como geralmente são as dos colonos do Sul. Outro grupo constitui-se como resultante de construções de barragens. O autor acrescenta que existem outras situações, como é o caso dos trabalhadores que foram expulsos das terras dos índios Kaingang no Rio Grande do Sul. Desde essa distinção é possível inferir acerca da heterogeneidade no interior desses grupos e da importância adquirida pelo MST nas discussões nacionais da década de 80 no que tange às especificidades regionais, por exemplo.

A região Nordeste tem 302.513 famílias assentadas (Manual de Operações do PRONERA, 2011, p.14) e, na Bahia “[...] temos a emissão de posse para 132 assentamentos onde residem 10.483 famílias. Estas famílias produzem e promovem sua independência financeira e política por meio da agricultura familiar. Há ainda mais 212 acampamentos, totalizando 34.292 famílias nas áreas.”(MST, 2012).

Nesse quadro de referência está incluído o Assentamento Terra vista – espaço empírico desta pesquisa. Localiza-se no Município de Arataca, Sul da Bahia, cuja data de ocupação ocorreu em 7 de março de 1993, e as famílias foram assentadas em 22 de junho de 1994. A imissão de posse saiu no dia 22 de junho de 1994, donde se deduz que os sem terra ficaram acampados por um ano e três meses, antes da posse da terra. O assentamento possui uma área territorial de 904 hectares e hoje conta com 42 assentados, de acordo com informações de entrevistado/assentado. De acordo com informações dos próprios assentados e lideranças do MST, a decisão por ocupação desta área se deu pelos seguintes motivos: terra produtiva, proximidade dos centros de comercialização/consumo e acessibilidade fácil. Entrevistamos 39 assentados, sendo que 68% são do sexo masculino, e se encontram, em sua maioria, entre 18 a 40 anos de idade, o que demonstra uma população jovem no assentamento. Quanto a escolaridade, 13% estão situados entre os que concluíram o ensino médio, 31% o ensino fundamental completo, 33% estudando e 20% analfabetos, dentre estes estão os que possuem mais idade, traduzindo o descaso do país com a inserção de sua gente na apropriação, ao menos, dos conhecimentos elaborados e que a escola seria o espaço da sua apropriação. Ainda como informação, 54% dos assentados se auto-identificam como sendo negros, 28% pardos e 18% brancos.

Os assentados são oriundos das periferias das cidades e de comunidades rurais da localidade. Antes da sua condição de assentado os meios de sobrevivência eram de trabalho precarizado, meeiros, diaristas ou assalariados rurais, nas fazendas de cacau da região. O gráfico abaixo, representa mais detalhadamente as ocupações em que 32% encontravam-se entre os trabalhadores rurais, filhos de assentados, alcançando a cifra de 25%. O demais se situam entre filhos de agricultores, empregadas domesticas, serralheiros, pedreiros, empreiteiros entre outros que podem ser traduzidos, todos, por trabalho precário.

GRAFICO – OCUPAÇÃO DOS ASSENTADOS ANTES DO ACAMPAMENTO



**Fonte:** levantamento empírico realizado em 2012.

Como apresentado no gráfico, a ocupação dos assentados antes da adesão ao Movimento confirma a nossa hipótese inicial de que estes se encontram em situação de trabalho precário vivendo as contradições da sociedade capitalista e sua expressão atual de crise estrutural.

### **O trabalho de base**

Nos três meses que antecedem a ocupação é realizado o trabalho de base, que consiste em reunir as famílias para preparar a ocupação. Segundo um dos assentados, que fez parte do trabalho de base, esta fase é muito importante, pois é nele que se planeja a entrada na terra. Primeiro traça o mapa dos municípios que têm potencial de base, ou seja, que já tenham alguma forma de organização de base - igreja, associações comunitárias, sindicatos de trabalhadores rurais, e outros. A partir desse mapeamento e contato com lideranças locais, inicia-se os encontros semanais com pautas pré-estabelecidas e metas a serem cumpridas, como por exemplo, quantas pessoas cada participante deveriam trazer para a luta.

Nestas reuniões semanais se discute a quantidade de famílias levadas para a ocupação, levantamento de fundos para se manter no primeiro mês e comprar as lonas para construção dos barracos. Há uma determinação já estabelecida pelo MST, que cada família tem que possuir certa quantia financeira para se manter durante 15 dias e comprar a lona do seu barraco. Ainda segundo os entrevistados, nestas reuniões, cria-se um grupo de segurança/disciplina, que se responsabiliza pela infra-estrutura dos barracos, o local onde será instalado na terra ocupada, alimentação, música, educação.

Embora o MST já tenha este grupo preparado para a realização das atividades, na fase da ocupação, agrega os novos integrantes do movimento, que se manifestam com potencial de liderança. O grupo de disciplina faz uma vistoria pela terra para montar a estratégia da ocupação e segurança dos assentados. No caso do assentamento Terra Vista, a terra foi ocupada pelos fundos, para não danificar as benfeitorias já existentes na terra, além de não dar motivos para possíveis despejos, mesmo assim sofreram cinco despejos no decorrer de um ano e meio.

A ocupação contou com a participação de 350 famílias. Segundo entrevistado/assentado “foi uma fase muito difícil não podia sair sozinho, ficamos isolados, tomamos 5 despejos, a fazenda estava abandonada... houve muita prisão, espancamento, daí as pessoas passaram a ter medo, desanimar e debandar.” Acrescenta que das 350 famílias que iniciaram a ocupação, na fase da imissão de posse, restavam apenas 28, sendo que a terra tinha capacidade para assentar 80 famílias; assim, a providência do MST foi trazer pessoas que estavam ocupando outras áreas localizadas no Extremo Sul da Bahia para preencher as vagas existentes no assentamento Terra Vista.

Os assentados do Terra Vista se organizam em uma associação e uma cooperativa, que por sua vez se articulam com o coletivo estadual do MST; essas instancias organizativas “ (...) são para atender as exigências legais, porque a organização que funciona mesmo é a coordenação do assentamento e seus setores (produção, educação, infraestrutura, fábricas, viveiro, frutíferas)” , é o que trouxe um entrevistado/assentado.

Quando perguntados pelo traço que marca o pertencimento ao grupo, os assentados respondem: “a luta pela sobrevivência e a busca por uma vida melhor”. Desde este ponto, o que chama a atenção é o deslocamento de perspectiva do tamanho do sonho expresso no plano concebido, que agora no vivido encontra os embates de todo dia na “luta pela sobrevivência”, mas sem perder o horizonte da vida melhor. “o Vivido é a fonte das contradições que invadem a cotidianidade de tempos em tempos, nos momentos de criação . ( MARTINS, 2008, p. 63).

### **O COTIDIANO DOS ASSENTADOS NA CONFLUÊNCIA DO CONCEBIDO, DO VIVIDO E DO NEGOCIADO**

Nessa parte, importa trazer os conteúdos e as formas expressas pelos assentados, bem como as observações do pesquisador realizadas na convivência diária, durante um tempo longo, que possibilitou a captura da dinâmica no cotidiano do assentamento.

### **Da ocupação**

No processo de conquista da terra elegemos a fase da ocupação como a ação inaugural para agregar os novos integrantes. Ação criadora do espaço de luta e resistência, de criação de táticas (invenções) - a ocupação se deu pelos fundos, evitando motivos para despejos – no enfrentamento das estratégias (o calculado pelo Estado na suposição de dominação do espaço). Assim, os ritmos heterogêneos acabam por produzir desencontro entre o calculado e o improvisado que, na sua “insignificância” gera a unidade necessária ao aniquilamento da força que os oprimem. Está aí a dimensão positiva do conflito integrada, também, a sua dimensão negativa: sofrem cinco despejos, mas saem fortalecidos. Isso já indica, de um lado, os escombros de velhas formas sociais de sociabilidade, vividas fora do assentamento, e a emergência de possibilidades de produção de novas sociabilidades, na medida em que a esperança de “Conquistar terra”, “trabalhar na própria terra” “liberdade de trabalhar na terra” se aproxima na materialidade da luta.

### **Das dinâmicas criadoras de novas relações sociais e novas sociabilidades**

Para compreender os arranjos entre o percebido, o concebido e o vivido numa rede de relações complexas, em razão das origens tão distintas dos assentados, pode-se destacar as “tecnologias sociais”, ou formas de jogar, utilizadas pelo movimento, arranjos agregadores de sentimentos comuns e produtores de disposição para a continuidade da luta e tecer o fio que os una. Destacamos as assembléias, a participação nas marchas, nos fóruns, nos encontros, nos congressos que realizam, na celebração de datas significativas para o movimento, ações eivadas de força simbólica e eficácia real. Mas, foi na vivência da mística que percebemos com mais intensidade essa força. “A mística [...] é a capacidade de construir imaginariamente o momento seguinte e fazer parte dele. [...] o contemplativo não vive apenas o presente, consegue antecipar simbolicamente o futuro e isso ocupa todo o seu tempo.” (BOGO, 2003, pp. 305-306). Assim, essa ação fornece os ingredientes de sustentação do projeto político (o concebido), também é o alimento da prática vivida no espaço do assentamento. É uma “tecnologia” capaz de criar e reafirmar, no cotidiano, a necessidade da implantação de um projeto social que possibilite a libertação do homem. O poder de persuasão ou a imagem grandiosa que influencia na mobilização de pessoas “é decisiva na hora do desânimo, da derrota, da decepção e da crise. É o alimento que revigora o povo quando o poder da opressão faz pensar que os esforços para transformar a situação são imponentes e inúteis. (BOFF, 1993 p.7).

Ao menos, da nossa percepção, foi possível compreender a mística no assentamento em questão como uma ação interativa, em que o conteúdo aderido a essa forma de vivência influencia a subjetividade de cada assentado que, ao mesmo tempo, incorpora novos conteúdos pela circulação de informações (da dimensão do concebido) na dinâmica da mística. Assim possibilita a criação de novos conhecimentos, mas mantém as particularidades de cada assentado, em decorrência da especificidade do lugar de origem de cada um. Nessa dialética espacial cotidiana concretiza-se diversidade na unidade do Movimento. Esse modo solene e trágico que a mística expressa pode ser traduzido como uma forma produtora de novas sociabilidades capazes de sustentar o sonho de “moradia digna” sustentar a família” “educar os filhos”, como expressam nas entrevistas. Vale ressaltar que, lá fora, na forma social que os exclui de quase tudo, cujas formas de sociabilidade os convida para “drogas” ( expressão dos assentados), no assentamento, ainda com “promessas nem sempre cumpridas”, podem dizer: “a



maior vitória que eu já tive na vida, nunca trabalhei para ninguém, o trabalho é a gente que organiza .... me sinto liberto”.

Em razão do espaço deste artigo, suprimimos outras dimensões de análises, tais como o processo de negociação entre o espaço concebido e o espaço vivido, os conflitos que se instauram entre as expectativas individuais e o projeto coletivo, os conflitos gerados pelo desencontro entre o tempo estratégico do Estado e o tempo das necessidades que se expressam no miúdo de cada dia, dentre outros conflitos merecedores de nossa atenção, o que será realizado em tempo oportuno. Resta-nos tecer no espaço que nos cabe, fazer o convite para algumas reflexões.

## CONVITE À REFLEXÃO

A partir do percurso realizado até o presente momento, fomos provocadas a alinhar e considerar as seguintes reflexões:

- Que o assentamento constitui-se em um espaço de luta e conflitos a exigir outras chaves teóricas capazes de considerar as formas heterogêneas e os arranjos sociais que ali se expressam, de modo a aguçar o olhar do pesquisador para capturar as dinâmicas que vão sendo forjadas no impulso que os assentados encontram para o seu viver e o da sua família, de modo a negar a vida como dada, mas como construção. Neste sentido, o cotidiano de um assentamento é um espaço expressivo de manifestação das mesmas mazelas encontradas na estrutura social mais ampla, mas repleto de ações criativas, de retroalimentação dos sonhos concebidos e das realizações vividas.
- Que esta pesquisa coloca aos pesquisadores o desafio de compreender esta realidade complexa a partir daquilo que Lefebvre vai chamar de “transdução”, a lógica do possível, ou seja, o pesquisador se obrigará a fazer um esforço intelectual para capturar, na dinâmica do cotidiano, as ambigüidades entre o concebido - expresso na forma de projetos coletivos - e o possível - que se expressa a partir do vivido pelos assentados nas formas tácitas, nos jogos e combinações sociais estabelecidos nas interações cotidianas.
- Que esta pesquisa coloca, por fim, a necessidade de reconhecimento da diversidade de aspirações e da complexidade de questões que um assentamento vivido coloca, em oposição à univocidade da concepção de uma reforma agrária camponesa ou, no seu oposto, da modernização avassaladora cujo efeito seria o de "purificar as relações sociais no campo". A necessidade mais urgente é a da crítica radical ao presente combinada com a escuta sensível dos que travam a luta na peleja cotidiana, pois, “[...] só quem tem necessidades radicais pode querer e fazer a transformações da vida. Essas necessidades ganham sentido na vida cotidiana.” (MARTINS, 2008, p. 63).

## REFERÊNCIAS

- BOFF, Leonardo. Igreja: **carisma e poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- BOGO, Ademar. **Arquitetos de sonhos**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- SANTOS, José Vicente dos. **As conflitualidades como um problema sociológico contemporâneo**. Revista do Programa de Pós-graduação em sociologia da UFRGS, Porto Alegre, ano 1, n.1, 1999.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 1994.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1979.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: Modernidade e História na modernidade anômala. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Jose de Souza. **O sujeito oculto**. Porto Alegre: UFRGS, 2003

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA (PRONERA). **Manual** , 2011

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. Organização de Evaristo de Moraes Filho. São Paulo : Ática, 1983.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. In: [//www.mst.org.br/MST](http://www.mst.org.br/MST). Acesso em 26 de out., 2012.